

DA FAVELA AO ESTADO: ESPAÇOS E RESISTÊNCIAS DO NEGRO NO BRASIL

Daniel Carneiro Reis
danyel_reis.10@hotmail.com
Universidade do Estado da Bahia

Fábio Nunes de Jesus
Universidade do Estado da Bahia
fabionuness@yahoo.com.br

RESUMO: A seguinte pesquisa trata desta importante temática que é a favela, onde apresenta como objetivo, compreender a sua formação no território brasileiro, utilizando a partir de uma análise referencial as diversas experiências e contribuições de alguns autores. Deste modo levou-se em consideração primeiramente a conceituação do termo favela e de seus respectivos significados na sociedade, assim, atentamos para a compreensão do seu espaço enquanto ambiente de afirmação social. Em seguida ponderamos o processo de marginalização provocada pelo Estado e suas consequências sobre o povo negro, que luta para resistir aos interesses das classes hegemônicas em uma disputa desproporcional por espaços. Dentro desta perspectiva, analisamos o processo de apropriação e expropriação desses espaços em que o negro ferrenhamente sobrevive desprovido de assistência e de oferta de serviços básicos, onde se percebe a ameaça constante de seu isolamento social. No entanto, contrariando a lógica imposta por este processo segregacional, o negro no Brasil transformou a favela em espaços de resistências, aos quais atuam como lócus de luta, onde a música, a dança e o grafite se materializaram como formas de afirmação. Por fim, a discussão desse importante tema é válida, quando observamos os diversos conflitos e lutas pelos espaços das favelas, em virtude principalmente das grandes expropriações e mobilidade populacional resultante desta complexa relação social.

PALAVRAS-CHAVE: Favela; Segregação; Marginalização; Resistência Negra.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo apresentar uma abordagem investigativa sobre a temática “favela¹” que, atualmente, tem sido foco de debate social. Aqui, pretendemos elencar de forma oportuna sob o viés da complexidade a sua formação histórica e a relação com a cidade. Contudo, destacamos, inicialmente, os termos conceituais com os quais discutiremos em torno do sentido atribuído à favela. Portanto, ao considerarmos que a existência da favela vem provocar no espaço urbano uma possível segregação socioespacial, a qual é imposta sobre si mesma a partir das circunstâncias de sua formação. Sucessivamente, analisaremos a exclusão e a marginalização da favela sofrida frente ao Estado, observando alguns elementos como: a exclusão social por meio da privatização dos espaços por onde Estado e o capital que enobrecem o setor imobiliário, tornando-o cada vez mais evidentes de se ver como afirma Botelho, (2012, p.307), que os empreendimentos alavancados pelo grande capital principalmente condomínios residenciais de alto padrão e centros empresariais, muitas vezes encontram-se isolados de seu entorno, formado por áreas pobres ou de favelas.

¹ Favela é uma área que combina as seguintes características: acesso inadequado à água potável; acesso inadequado à infraestrutura de saneamento básico e outras instalações; baixa qualidade das unidades residenciais; alta densidade e insegurança quanto ao status da propriedade. (ONU, 2002).

Nesse primeiro momento, vamos adentrar tal situação a partir da exploração das estratégias empregadas para e na valorização imobiliária que vem por consumir a segregação espacial. Para tanto, registramos, aqui, uma aparição da resistência negra frente ao Estado com visibilidade de forma, da dimensão e das variáveis que configuram tais conflitos, onde as remoções e disputas territoriais são atos frequentes.

FAVELA E RELAÇÃO COM A CIDADE: Primeiras revelações

Esse estudo concentra-se nas ideias dos seguintes autores Carril (2006), Davis (2006), Corrêa (1989), Campos (2010) e Rolnik (1995,2007), que nos permitiram realizar uma compreensão plausível sobre os temas acima mencionados nesta discussão. Vimos que, para entender a favela, é preciso antes captar a ideia de cidade e a sua função para o estabelecimento de juízo de valor, além de uma análise sobre a própria, a etimologia do termo “favela”. Deste modo, Rolnik, (1995, p.28) afirma que a imagem de cidade como centro de produção e de consumo domina totalmente a cena urbana. Visto que, nas cidades contemporâneas, não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo capital.

Acreditamos que, a cidade centra-se como espaço de produção, onde o capital ganhou forma e se materializa em mercadorias, local de circulação e na tomada de decisões. Conseqüentemente essa imagem de cidade vem suprir outras formas que se mantinham em seu espaço que segundo Carril, (2006, p.78) esse modelo de cidade que se tentava estabelecer deixava de fora os tipos de habitação e atividades, como: cortiços, profissões de rua e agenciamento não familiares.

É importante ressaltar que, até então, a disputa pelo espaço tem se consolidado em outro patamar de confronto na qual a segregação espacial tornou-se cada vez mais visível dentre as camadas sociais a partir da sua reprodução. Contudo, analisaremos a sua formação histórica desde as favelas que tem se firmado como locais de resistência frente aos interesses das classes hegemônicas e do Estado às conseqüências de um não planejamento urbano na contemporaneidade.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS FAVELAS

Partimos de um processo de formação das primeiras favelas brasileiras com base no que fora legitimado por nomeados pesquisadores durante a abolição da escravatura com a assinatura da Lei Áurea em 1888. Desta forma, os ex-escravos tomaram diversos rumos na sociedade brasileira e muitos foram para os já existentes “quilombos²”, outros se movimentaram em direção aos centros urbanos em busca de emprego e moradia, como nos afirma Campos, (2010, p.61), que a movimentação da população mais pobre, em sua grande maioria negra, recém-libertada da escravidão, foi em direção às encostas localizadas na área central.

Tal movimentação ocorreu em virtude da já notável segregação espacial e do alto custo das moradias, não permitindo a essa população mais carente sua presença na área central da cidade. Inicialmente os negros se alojaram em cortiços, localizados em encostas como a do Morro do Castelo³ em pequenas habitações de um ou dois cômodos que em sua grande maioria eram construídas pelos próprios moradores e, em muitos casos por comerciantes, os quais possuíam um maior poder aquisitivo e, por isso em troca cobravam o aluguel das moradias, além de seus

² Para Sódre (1988), o quilombo não foi apenas o grande espaço de resistência guerreira, mas representava recursos radicais de sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de organização. O quilombo era uma designação de fora: os negros preferiam chamar seus agrupamentos de “cerca ou “mocambo”. E eram desde grupos isolados no interior do país até morros ou sítios próximos ao território urbano. (CAMPOS, 2010, p. 32).

³ Localizado próximo à Avenida Rio Branco região central do Rio de Janeiro.

inquilinos também consumirem em seu estabelecimento de forma arbitrária e sob condições impostas.

Assim, essa discussão aparece na literatura como elemento de povoamento e migrações cujo tema é retratado e relatado na obra de Aluísio Azevedo, *O Cortiço* com propriedade e demarcação de poder. Em contrapartida, ao chegar aos cortiços essa “massa” carente de serviços e assistência pública, tinham como pretensão conseguir melhores condições de vida, além de se manter no espaço para procurar aos poucos reiniciar suas vidas com uma pseudo qualidade. Enfim, em outras situações advindas dessa tentativa para conquistar uma afirmação social enquanto ser humano possuidor de direitos que se apresentavam de forma quase inacessível aos habitantes desses espaços considerados quase impossíveis naquela época.

Por outro lado, a designação do termo “favela” ganha força no momento em que ocorria na Bahia, a Guerra de Canudos em 1896, cujo fato marcou o confronto entre militares e camponeses no sertão baiano. E segundo (Abreu, 1992 *apud* Campos, 2010, p.58) a favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro em consequência da revolta emergida no interior da Bahia. Contudo o termo favela trazido pelos soldados como representação de um dos lugares onde se travou a Guerra de Canudos denominado como o morro da Favela⁴ cujo, local estava registrado em uma planta com o nome idêntico.

Em consequência disso, os soldados/militares que voltaram para o Rio de Janeiro necessitavam de abrigo em algum espaço da cidade. E nas palavras de Campos (2010) a referências ainda sobre o surgimento e a localização das favelas como afirma:

“Já presente embrionariamente na cidade desde 1897, quando foi dada a autorização para que os praças retornados da campanha de Canudos ocupassem provisoriamente os morros da Providência e de Santo Antônio, esta forma de ocupação dos morros logo se revelou a solução ideal para o problema da habitação popular do Rio de Janeiro. De local de moradia provisório, esses morros da área central logo foram transformados em opção de residência permanente.” (ABREU, 1992 *apud* CAMPOS, 2010, p.58).

Nessa época, o Rio de Janeiro se consolidou como o berço de surgimento das favelas, que naquela ocasião se mantinha como capital do Brasil,- centro de poder/local onde as decisões do país eram tomadas e validadas. Em seguida o surgimento das favelas se deu por questão social devido ao importante movimento de deslocamento intenso da população brasileira.

Tal crescimento populacional provocado pela migração de ex-escravos e por imigrantes europeus começavam a chegar ao país e fez com que fosse melhor compreendida a situação de planejamento urbano vigente da época dessas cidades, porque, havia falta de habitação para toda essa massa de pessoas que passaram a viver no espaço urbano. Vimos que o Estado nesse momento já iniciava um planejamento na organização espacial da cidade de forma impositiva, como afirma Nonato (2000):

“O morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo, não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital”. (ABREU, 1992 *apud* NONATO, 2000, p. 220).

⁴ A ocorrência da planta favela deu nome a uma encosta do arraial de Belo Monte de Canudos, o Alto da Favela. Nessa vila, localizada no semi-árido baiano, aconteceram violentos combates no final do século XIX, início do período republicano no Brasil.

Em outras palavras, observamos que o espaço urbano começou a ser subdividido em classes e essa decisão ocorreu por segregar parte da população que já se encontrava representada nos “cortiços⁵” urbanos, como resultado desta afirmação a população mais pobre vai se instalar distante dos grandes centros da cidade.

Some-se a isso que a ocupação dos morros foi permitida pelo Estado, como solução encontrada para os problemas habitacionais da cidade, cuja habitações eram construídas de forma improvisadas, em locais inadequados sem que o Estado pudesse conceituar tais áreas como pouco valorizadas, contudo, começaram a surgir e a se edificar as diversas favelas nas metrópoles.

Em consequência disso, no final do século XIX e no início do século XX, o governo carioca decide destruir os cortiços com base no grande número de doenças e epidemias que se alastravam pelas cidades. Desta forma, os cortiços não possuíam esgoto e nem saneamento, e como as condições de higiene eram precárias, a solução imediata foi a sua destruição. Naquele momento esse fato vem para consolidar uma “limpeza” socioeconômica no centro urbano carioca, favorecendo o crescimento desordenado. Acreditamos inicialmente que a pretensão do Estado na resolução do problema em expulsar a população pobre das áreas valorizadas do centro, veio gerar o processo de “favelização⁶”.

Depois de um tempo de acomodação e aceitação por parte do Estado, as favelas permaneciam em crescimento semelhantes aos centros urbanos, porém, diante de muita dificuldade desde à inoperância e esquecimento das autoridades que se mantinham “distantes” no sentido de organizar as políticas públicas para esse propósito. Em vista disso, o agravamento desta situação conforme o pensamento de Carril (2006, p.230), que assegura o recorte temporal na década de 1950 a partir das correntes migratórias de trabalhadores negros e brancos, sobretudo nordestinos, que passaram a avolumar o contingente de favelados.

Nessa conjectura é que se alude ao problema com a chegada dessa massa migratória a qual trouxe consigo sonhos de mudanças e de afirmação social nos centros urbanos, uma vem que nas suas localidades não se permitiu acender socialmente, contudo não foi tão fácil o descolamento em direção às favelas. Não se pode negar que esse local serviu de suporte para a maioria sem condições de habitação que para permanecerem nos centros da cidade e em especial nas favelas que passam a funcionar como local de segregação recebendo a todos que saíam de suas origens na tentativa de melhorar de vida. Porém muitas das vezes ficam impossibilitados de retorno a seus locais.

Nas últimas décadas morar na favela tem sido sinônimo de tormento, sofrimento, violência e de discriminação, afinal com a invasão dos morros pelo narcotráfico, viver nesses ambientes em meio aos conflitos não tem sido tarefa fácil.

Com o passar do tempo às favelas ficaram esquecidas por um longo período de esquecimento pelo Estado com ausência de políticas públicas direcionadas vai gerar um desgaste social, pois, grande parte da urbanização e de melhorias em infraestrutura vai acontecer de forma irregular e precária.

Diante dessas circunstâncias vão aparecer diversos elementos como: promessas de políticos que em troca de voto realizavam algumas obras; acordos firmados pelos bicheiros cariocas do “jogo do

⁵ Uma habitação precária coletiva de aluguel, as moradias das classes mais pobres, de baixo preço de aluguel, com específicos problemas de superlotação de moradias e coabitação forçada, localizadas principalmente em áreas próximas do centro, de alta concentração espacial, sem verticalização e com instalações sanitárias em comum. (PICCINI, 2004, p.25).

⁶ Fenômeno social que ocorre em centros urbanos em que há o crescimento e proliferação das favelas em quantidade e em população, eventualmente associado à transferência da população local de moradias legalizadas para conjuntos urbanos irregulares.

bicho” e em grande maioria por mutirões realizados para construções até pelos próprios moradores como garantia de uso do espaço. Com a chegada do narcotráfico aos morros, diversos grupos se espalharam em forma de Milícias⁷, começaram a comandar as inúmeras favelas oferecendo proteção e serviços aos moradores, e em troca, cobravam uma taxa, fazendo o papel do Estado no tocante a proteção e uma garantia de uma vida tranquila sem percalços.

Assim, percebemos que as favelas começaram a ter outro sentido no espaço das cidades e isso aos poucos começou a apavorar o Estado, tornando-se quase um território independente no espaço urbano, na visão de Sousa, (2003):

“Atualmente, as favelas cresceram e se transformaram num ambiente para além de moradia. São espaços que contêm estratégias que propiciam a sobrevivência e a subsistência de parte dos trabalhadores na cidade. São territórios extremamente complexos, principalmente pela sua capacidade de reproduzir o macrocosmo da sociedade e de processar modificações, proporcionalmente, à transformação da cidade”. (SOUSA, p.45).

Hoje, há uma grande parte dos serviços que normalmente se encontravam nos centros urbanos e que aos poucos foram se expandindo de força quase involuntária para o território das favelas. Somos conhecedores de que muitas vezes essa dinâmica apresentada vai contribuir de maneira expressiva para a reprodução do fenômeno como eventos que se assemelham aos movimentos de ocupação de ordem social por um viés e/ou organizações comunitárias originados pela influência política ou própria milícia.

Enfim, as favelas tornaram se espaços estratégicos na luta pelo capital, tanto por parte das classes hegemônicas ou pelo Estado, como possíveis promotoras pelos conflitos na sociedade atual e que agem de forma decisiva na disputa de terras, mesmo se considerar que o poder sobre estas áreas, encontra-se sobretudo no espaço.

O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O Estado brasileiro e a classe hegemônica sempre estiveram a caminho de uma mesma conduta nas decisões sobre o espaço urbano, atuam há vários séculos na construção de um modelo de cidade altamente global seguindo padrões, formas e princípios espelhados nos grandes centros mundiais. Esse comportamento que a princípio vigora de modo disfarçado na sociedade é a principal causa das desigualdades e do processo de segregação socioespacial. A performance da sociedade capitalista e global em segregar a sua população em camadas sociais através de fatores econômicos, étnicos raciais e habitacionais, esteve impregnado durante séculos e que se espalharam nas veias da sociedade como marcas discriminatórias.

Ao passo que a situação da habitação vem tornando-se um tema recorrente, marcando direitos até então não considerados, mas que está prevista na Constituição Brasileira⁸, como garantia do direito à moradia. Esse fato pode ser analisado de início nos grandes centros urbanos, a partir de uma limpeza étnica e residencial provocada pela destruição dos cortiços, que se instalam em lugares grandiosos edifícios, comerciais e habitacionais para atender a classe hegemônica dominante do centro como mascaramento da real situação. Em relação à divisão socioespacial das áreas urbanas, é importante direcionar um olhar mais complexo sobre as camadas sociais, porque essa divisão

⁷ É a designação genérica das organizações militares ou paramilitares compostas por cidadãos comuns, armados ou com poder de polícia que teoricamente não integram as forças armadas de um país.

⁸ Art. 7º, Inciso IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

fortalecida pela expansão imobiliária e pela especulação dos centros urbanos veio proporcionar ao longo de décadas a divisão dos espaços de forma irregular.

Haja vista que tal acontecimento a partir da flexibilidade de alguns grupos dentro do espaço urbano, pode contribuir com essa transformação mesmo sem permitir a elucidação desta nova visão sobre o espaço da cidade, por todos independente das classes e/ou do poder aquisitivo, cada vez mais se aproximou das ideias de Carril, (2006) quando afirma:

“A segregação socioespacial demarcada pela formação das periferias, em que as classes sociais não se tocavam, tem sido substituída por uma aproximação entre estas, tanto pela vinda dos mais pobres para as regiões centrais – seja pela saída dos mais ricos para os condomínios fechados localizados em áreas periféricas. Mas essa aproximação física vem sendo mediada pela construção dos muros que cercam as propriedades e por sistemas de vigilância que constantemente monitoram a ameaça de assaltos, furtos e mortes.” (CARRIL, 2006, p.87).

Nesse sentido a classe hegemônica em conjunto com o Estado resolveu estabelecer aproximação entre as áreas da periferia e favelas, tendo como intenção, a especulação do espaço ocupado por esses grupos, no intuito de transformá-los em grandes condomínios fechados para uma classe privilegiada.

Aqui, o Estado aplicava medidas de controle social como à implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a fim de fragmentar o Tráfico de Drogas das comunidades, outros indicativos como oferecer obras de saneamento e regularizar a energia elétrica e água, passam a ser ofertados enquanto a classe dominante avança em direção às favelas com a pretensão de adquirir novas terras, oferecendo um alto valor pelas mesmas para ludibriar as pessoas com formato de uma “armadilha social” surgindo assim a política de “especulação⁹” desordenada. Desta forma os moradores sentem-se forçados a deixar a favela devido ao alto custo de sua permanência, pela cobrança de serviços básicos que começam a surgir visto que o uso do espaço das favelas começa a ser expropriado, exemplo este que pode ser observado na Figura (1) abaixo:



Figura 1: Favela Santa Marta, RJ.

Fonte: <http://www.toursgonewild.com/pt-br/rio-de-janeiro-favelatour.html/>, 2012.

⁹ Uma forma pela qual os proprietários de Terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos. (CAMPOS FILHO, 2001, p.48).

Partimos do pressuposto de que essa aproximação das classes foi contida por muros e câmeras que monitoravam a todo instante a movimentação pessoas nas ruas, além de limitar seus acessos aos condomínios. Entendemos que tudo isso se configura num formato específico da classe hegemônica para apropriar dos espaços, induzindo a exclusão espacial, fomentando a especulação imobiliária e no domínio sobre o controle de uso e propriedade dessas terras.

A MARGINALIZAÇÃO E A EXCLUSÃO IMPOSTA AOS GRUPOS ÉTNICOS E SOCIAIS

A expropriação dos espaços “favelados”, pela classe dominante e Estado ocorre a partir da especulação imobiliária, tal qual provocou mudanças na organização espacial dos grupos sociais, assim, essa reorganização dos espaços ocorre mediante o deslocamento dos indivíduos de seus locais de origem, é importante ressaltar que a ocorrência desse fenômeno promove a marginalização destes grupos no território das cidades.

Em virtude disso, com a aproximação do capital a essas áreas de menor interesse econômico, vem por condicionar um aumento no “custo de vida” dos moradores residentes nesses espaços, através da especulação e consequente expropriação das favelas que estão sendo “descobertas” pela classe hegemônica. Como ressaltado esse processo de expansão do capital busca a redefinição do espaço das cidades, uma nova forma de reinventar a vida urbana, como é colocado por Campos, (2010):

“Entendemos como desconstrução do espaço favelado a ação do estado associada aos interesses da classe dominante, quando esses dois agentes impõem, de maneira compulsória, o deslocamento forçado da população mais pobre de uma determinada área da cidade, visando reassentá-la em áreas distantes. Essa política visa, tão-somente, á valorização da área desocupada para futuros empreendimentos, sejam eles públicos ou privados. Dessa maneira, o que era considerado depósito de entulho humano é agora valorizado em função do interesse que grupos hegemônicos têm pela área.” (CAMPOS, 2010, p.66).

Dessa maneira, o espaço das favelas tende-se a expandir para outros locais ainda não habitados como forma de resposta ou de simples condicionamento provocado pelo Estado. Contudo, os moradores da favela são forçados a deslocar-se de seu território original e a organizar-se em outro espaço. A grande proposta do Estado e da classe dominante refere-se a ocupar os espaços das favelas como uma forma de afastá-las do “seio” central da cidade e permitir a valorização e a reprodução da classe hegemônica na área da favela, como forma de expansão do capital podendo-se ser observado na Figura (2) abaixo:



Figura 2: Favela Santa Marta, RJ.

Fonte: http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Rio_de_Janeiro/Rio_de_Janeiro/photo512623.htm

A marginalização é vista como uma ação provocada pelo poder do capital que ocorre na medida que se expande, desde modo, os indivíduos da favela são atingidos por não possuírem total direito a participar da sociedade, logo que o Estado não estabelece relações equivalentes entre as classes, assim acaba por provocar a exclusão, desigualdade e conflitos na luta desta classe pela sua afirmação social, como afirmado por Carril, (2006):

“A favela e a periferia são, assim, o lugar onde o estado não está. Não é a questão do lugar, mas a concepção de que uma parte da população não tem direito a patrimônio e à riqueza, relações desiguais que tem origem no passado colonial.” (CARRIL, 2006, p.231).

O território das favelas apresenta-se ao Estado como local de ameaça propícia a desencadear revoltas e a condicionar conflitos que atrapalhem os interesses de ordem do capital, o estigma de marginalização define um julgamento de valores a estes indivíduos provocado a séculos de desigualdades e esquecimento por parte do Estado. O espaço das favelas para os moradores representa uma força que surge desta contradição ao discurso da estigmatização e da inferioridade socioeconômica noticiada a todo momento nas mídias, como se pode ver nas colocações de Rolnik, (2007):

“Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer de uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de *apartheid* velado que, se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território.” (ROLNIK, 2007, p, 89).

A cidade enxerga o território das favelas como local perigoso por sua existência não condizer com o espaço da cidade, ao qual é organizado e oferece condições morais e dignas de sobrevivência, comparado a uma ideia de um “Apartheid”, pois, a cidade não reconhece seu território. A favela é um espaço que apresenta muitas afirmações, a partir de diversos movimentos culturais que convergem para uma luta pelo reconhecimento do espaço das favelas, e em superação a ausência de atuação do poder público. O processo de exclusão e de marginalização ao qual esses grupos foram direcionados por não haver o reconhecimento de seu território por parte da sociedade. De modo geral, é por meio desta que a classe hegemônica utiliza-se do processo de privatização e especulação dos espaços, no intuito de fragmentar e consequentemente expulsar os indivíduos de suas comunidades.

FAVELA COMO LOCAL DE RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA

Desde o início a favela assumiu o papel de acolher uma parte da população, pessoas de baixa renda, imigrantes de outras regiões e indivíduos expulsos dos centros urbanos pós a destruição dos cortiços, assim, após os deslocamentos provocados por essas mudanças na dinâmica espacial das cidades. As favelas têm como características principais as suas ruas estreitas, becos, vielas e escadarias, onde em muitos casos carros não transitam, esse aspecto permite aos moradores um controle territorial.

Compreender o significado dessas comunidades é algo crucial, levando-se em consideração a sua formação histórica originada a partir da Abolição da Escravatura, onde vem a ser de fundamental importância destacar as relações estabelecidas nesse momento, no qual iniciou um processo de exclusão que permanece presente em nossa sociedade atual. Tanto a exclusão socioeconômica,

quanto a exclusão racial são marcas de uma sociedade constituída a partir da sobreposição de classes pelo viés da desigualdade econômica.

As favelas constituíram como espaços de resistência a partir da realização de mutirões, troca de favores entre os moradores e em gestos simples que as suas próprias condições de vida lhe permitiram, pois, a favela é um espaço que não permite distanciamento entre as famílias, tratando-se de um espaço em que as relações existem direta ou indiretamente pelo fato dá imensa aglomeração de pessoas residentes ali. A atuação do narcotráfico no espaço não mudou essa dinâmica, assim, a união e conseqüentemente a afetividade persistem como sentimentos que foram fundamentais para a luta contra as investidas do Estado sobre o território.

A cultura, a arte e a criatividade se materializam nas letras, gestos e rabiscos pelo Hip-Hop, Capoeira, Funk, Samba, Grafite e o Rap esses são traços de uma riqueza cultural trazidas em grande parte pelos negros que representam a maior parte da população das favelas aos quais são os mais marginalizados e vítimas da violência e do extermínio racial feito pelo Estado.

A sobrevivência desta classe pobre desfavorecida de serviços e assistência acontece há muitas décadas, o morador da favela aprendeu na pele a sobreviver sem o auxílio do Estado que sempre se demonstrou incapaz na solução de problemas. Hoje a classe hegemônica age na tentativa de fragmentar esse território tido como vulnerável para o avanço do capital, em contrapartida, o Estado atua como “colaborador” desse avanço atuando no processo de ordenação territorial, onde as remoções e disputas territoriais estão cada vez mais frequentes, logo acaba corroborando com o plano de expansão do grande capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise que não se conteve em discutir apenas o processo de formação histórica das favelas, mas também a intensificação do processo de segregação socioespacial pelo Estado e classe hegemônica, provocando a especulação imobiliária e a conseqüente expropriação dos grupos que habitam no espaço. Assim, surge a afirmação negativa do Estado, que se opõe aos direitos de moradia desses indivíduos e acaba por impactar com a exclusão e a marginalização desses grupos negros e socialmente excluídos da posse de terras e de direitos sociais previstos em lei a toda sociedade.

A presença das favelas é facilmente notada nós mais diversos espaços do território brasileiro, o que vem quebrar a pseudo ideia de que seu surgimento estaria ligado apenas às grandes cidades, não é verdade, mesmo se apresentando mais disfarçadamente em outros espaços é notório que este processo assume características de periferização. A sociedade brasileira se desenvolveu a partir da sobreposição de classes e fez com que determinados grupos étnicos fossem excluídos do acesso as riquezas de seu território provocando este “apartheid” social visto e ignorado pelos governantes.

O Estado trata a favela como um problema, mas, a favela é protagonista e motor de solução das cidades, pois, afinal de contas permite que essa grande parcela de moradores negros e imigrantes pobres possam se estabelecer nesses espaços mesmo sem estrutura e o conforto suficientes no qual permitiriam uma melhor qualidade de vida.

A favela foi capaz de abarcar toda uma cadeia de grupos visto que, deslocaram em direção as cidades na busca de melhorias sociais, porém, foram excluídos, diante disso acabaram agrupando-se nestes espaços no qual construíram uma identidade e uma resistência sempre em que se tentou retirá-los, a favela tornou-se espaço de lutas de um grupo que no processo histórico enfrentou a duros golpes e lutou contra a escravidão e o abandono do Estado.

A resistência negra se materializou a partir do fortalecimento de sua cultura negra na qual é rica de cultos como a capoeira, o samba e a reprodução social dos guetos¹⁰ americanos representada no Hip-Hop, no Rap e no grafite, dessa maneira a favela expõe na canção e nos traços a realidade de seu lugar, a revolta, o sofrimento e o esquecimento de uma nação a seus territórios e sua cultura.

Em suma, a discussão sobre as favelas permitiu a compreensão do seu valor para determinados grupos sociais, a partir da análise da formação e crescimento, deste importante espaço, no qual abarca consigo uma representação histórico-cultural e social dos negros e dos “milhares de imigrantes” que nestes espaços encontraram subsídios para sobreviverem mesmo estando à beira do penhasco social ao qual o Estado lhe aprisiona por meio da marginalização e da segregação, que avança a fundo em meio ao espaço das favelas.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Adriano. Cadernos Metrópole, vol.14, nº 28 (2012). **Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo.** Disponível em:< <http://www.cadernosmetropole.net/component/content/article/31/50-237>>. Acesso em 05 de Julho de 2014.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à Favela: A produção do "espaço criminalizado"** 3ª ed. no Rio de Janeiro / Andreilino Campos - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 210 p.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania.** / Lourdes Carril. - São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006. 258 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989. 94 p. (Princípios; 174).
- NONATO, José Antonio. Era uma vez o Morro do Castelo / José Antonio Nonato, Nubia Melhem Santos. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. XXIII, 368pp.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade** / Raquel Rolnik. - - São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil** / organizado por Renato Emerson dos Santos. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SOUSA, José Nilton de. GEOgraphia, Vol. 5, No 10 (2003). **A exclusão pela urbanização favela: Governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro.** Disponível em:< <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/127>>. Acesso em 05 de Julho de 2014.

¹⁰ Área de uma cidade ocupada por um grupo de raça, religião ou nacionalidade minoritárias.